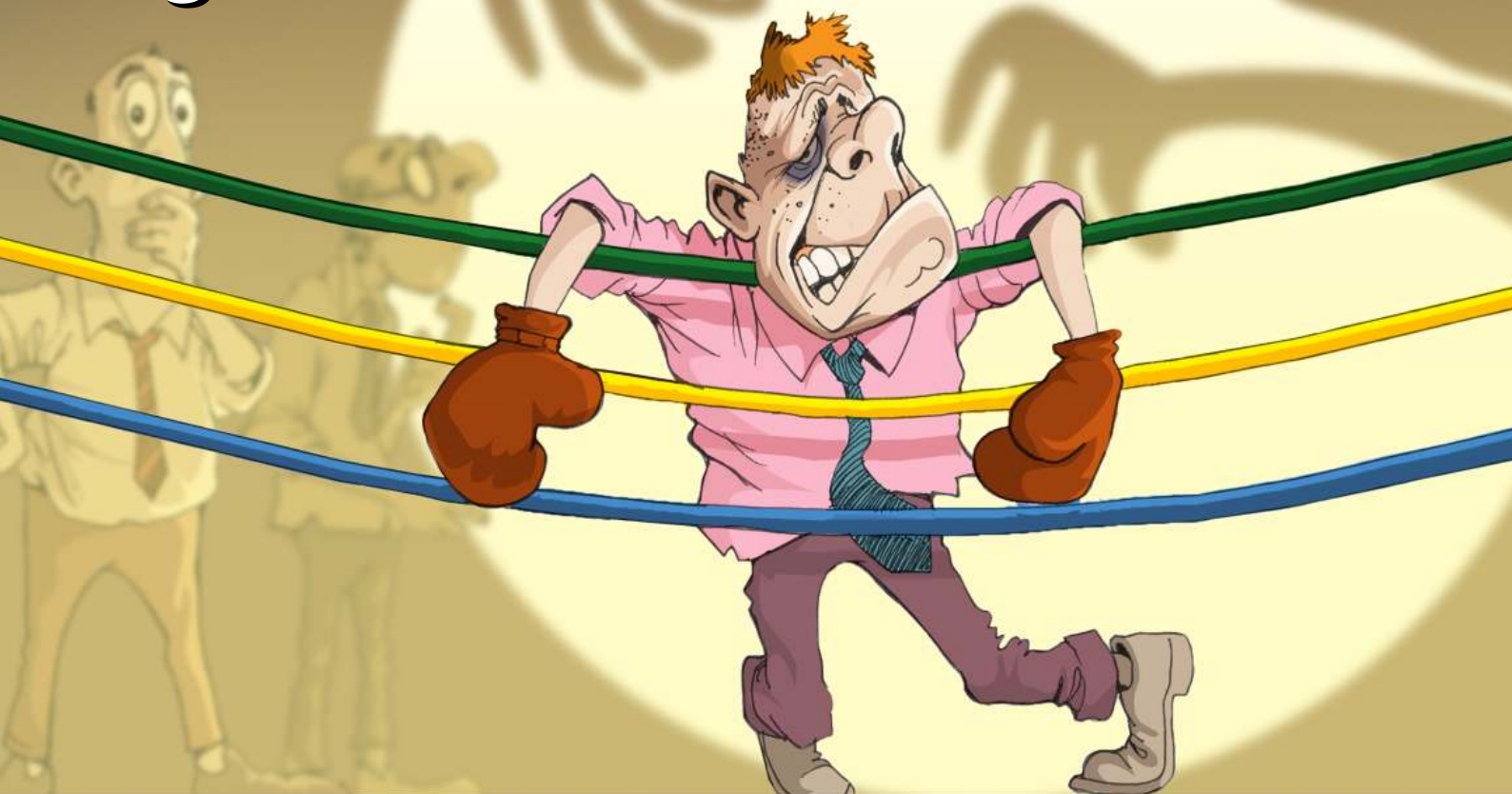


REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Governo prepara segundo 'round'



DEMAB

**Em sintonia com a
Política Monetária**

ENTREVISTA/SÉRGIO MIRANDA

**"O PAC não é um plano
de desenvolvimento"**

Aos leitores

A 20ª edição da **Por Sinal** finalmente ficou pronta. O atraso no lançamento deveu-se ao “recesso forçado”, causado pela mais longa greve do BC. Voltamos com o compromisso de recuperar o tempo perdido e lançar no mínimo mais duas edições até o fim do ano.

A espera valeu a pena: a revista está ótima e bastante atualizada.

A matéria principal trata de um assunto esquecido pela imprensa e, aparentemente, fora da pauta do governo: a Previdência Social. Na surdina, porém, o governo prepara uma segunda reforma, que poderá vir fatiada, por meio de projeto de lei encaminhado pela base governista no Congresso. Confira: ninguém está a salvo.

Entrevistamos o sempre deputado Sérgio Miranda, acima de tudo uma mente lúcida. Ele desmistifica o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), fala do servidor público e analisa a decadência moral do ambiente político nacional. Ainda sobre o PAC, o

economista do Dieese Adhemar Mineiro faz algumas reflexões a respeito do que considera uma tentativa de retomada da capacidade governamental de orientar o crescimento do país.

Para que o leitor conheça melhor as atividades do Banco Central, destrinchamos os meandros de um departamento fundamental na execução da política monetária do Banco – o Demab. Em uma outra matéria, destacamos uma iniciativa pioneira do Sinal no âmbito do sindicalismo nacional: a criação do Painel de Votação Eletrônica. Queremos ouvir cada vez mais colegas e ampliar o processo democrático no sindicato.

Por fim, para contar um pouco da vida das mulheres que participaram da história do sindicato, estamos entrevistando a valorosa sinaleira Ivonil, nossa diretora financeira recém-reeleita: uma vovó dura na queda com o dinheiro do Sinal.

Chega de esperar: boa leitura! 

Sinal Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Por Sinal

Revista bimestral do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial

Alexandre Wehby, Daro Marcos Piffer, David Falcão,
Gustavo Diefenthaeler, João Marcus Monteiro,
Luís Carlos Paes de Castro, Orlando Bordallo Junior,
Patrícia Cesário de Faria Alvim, Paulo de Tarso Galarça Calovi,
Paulo Roberto Silva de Moraes e Sérgio da Luz Belsito
Secretária: Sandra de Sousa Leal

Redação

Coordenação geral e edição: Flavia Cavalcanti (Letra Viva Comunicação)

Reportagem: Paulo Vasconcellos e Rosane de Souza

Arte: Maraca Design

Ilustrações: Claudio Duarte

Fotolito: Madina

Impressão: Ultra Set

Tiragem: 12.000

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.

SRTVS Quadra 701 - Conjunto L Loja 60 - Térreo
Ed. Assis Chateaubriant – Cep 70.340-906 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3322-8208
nacional@sinal.org.br
www.sinal.org.br



REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Governo prepara segundo 'round'

Página 6

ENTREVISTA

SÉRGIO MIRANDA

"O PAC não é um plano de desenvolvimento"

Página 14



PRATA DA CASA

Ivonil, a grande guerreira

Página 22



ARTIGO ADHEMAR S. MINEIRO

Algumas reflexões sobre o PAC

Página 20



DEMAB

Em sintonia com a Política Monetária

Página 24



PAINEL DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA

Um instrumento de mobilização

Página 28

Governo prepara segundo 'round'

FÓRUM FOI CRIADO PARA LEGITIMAR A NOVA REFORMA, QUE PODE VIR FATIADA, VIA BASE ALIADA NO CONGRESSO

PAULO VASCONCELLOS

A Reforma da Previdência anunciada pelo governo Lula ganhou um verniz que nem assim esconde um pacote de maldades. O Fórum Nacional da Previdência Social, criado pelo presidente da República no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), pode até garantir maior transparência às discussões, mas está longe de afastar a ameaça que paira sobre os trabalhadores toda vez que se tenta mexer em direitos e garantias constitucionais. Para os servidores públicos, o perigo vai além: a idéia do governo é criar um fundo único de previdência complementar, em vez de revitalizar os regimes próprios de previdência, como a Centrus, fundação dos servidores do Banco Central.

O Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) se posiciona contra qualquer reforma no sistema previdenciário brasileiro que restrinja direitos do trabalhador, com conhecimento de causa. "Uma reforma sempre justifica a outra, mas só quem sai perdendo é um lado: o beneficiário", diz Alexandre Wehby,

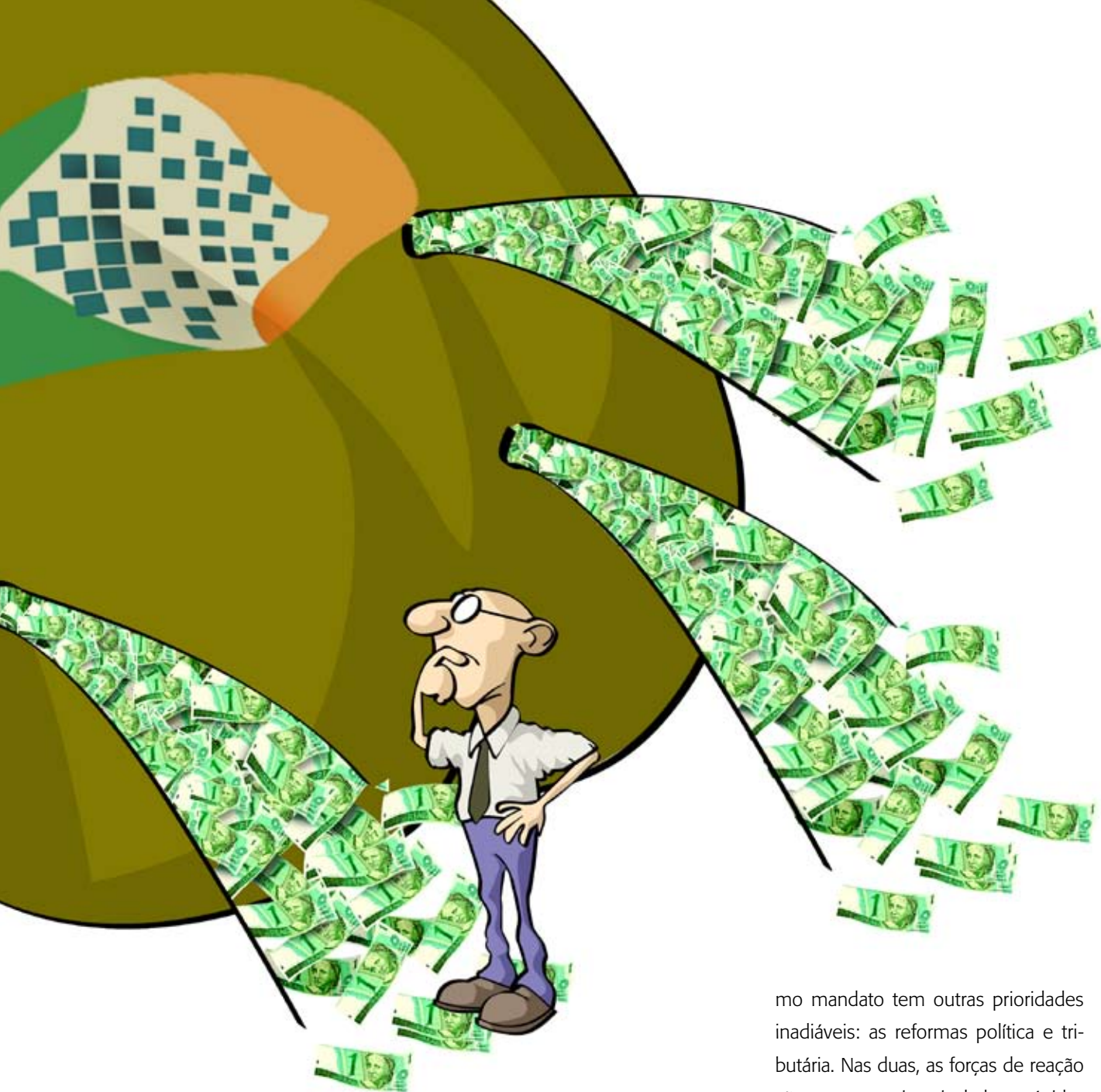
da direção nacional do Sinal. A última reforma da Previdência, em 2003, centrou o foco na previdência complementar. O sistema, que tira do Estado parte da responsabilidade pelo futuro dos trabalhadores que deixam a ativa, ficou à espera de regulamentação.

A idéia gerada agora no Palácio do Planalto e no Ministério da Previdência é a criação de um Fundão que gerencie os recursos dos trabalhadores de todo o serviço público. Um projeto que se choca com as expectativas dos servidores. Os funcionários do Banco Central, por exemplo, já manifestaram a vontade de que suas contribuições sejam geridas pela Centrus.

"Se já não existe o regime uni-

versal, pelo menos que a previdência complementar não seja administrada pelo Fundão", explica David Falcão, presidente do Sinal Nacional. Ele lembra que o sindicato sempre defendeu a previdência pública e que com a reforma de 2003, que introduziu a previdência complementar no serviço público, ele deve se adaptar a uma nova realidade, procurando a melhor opção para o servidor. "Nós não queremos que os recursos dos servidores sejam geridos por um fundo único, em que você desconhece o administrador e não sabe como e onde ele vai aplicar os recursos aportados por cada servidor a partir de uma expectativa de que é isso que





vai lhe garantir um futuro mais seguro e confortável. O descolamento entre servidor e gestor é uma porta aberta para a corrupção”, alerta David.

Reforma fatiada

A estratégia do governo não se limita a buscar legitimidade para uma nova reforma com a criação do Fórum Nacional de Previdência Social. A intenção de evitar o desgaste público fica evidente com a participação apenas

das centrais sindicais. Se nem assim conseguir apoio suficiente para mudar o sistema previdenciário, acreditam políticos experimentados, restaria ao governo a alternativa de uma reforma fatiada – aquela em que cada mudança seria promovida por meio de projeto de lei encaminhado pela base governista no Congresso.

Para o governo Lula, a reforma da Previdência seria uma questão de tempo e oportunidade. Afinal, o últi-

mo mandato tem outras prioridades inadiáveis: as reformas política e tributária. Nas duas, as forças de reação são sempre mais articuladas e rápidas que a capacidade de mobilização dos trabalhadores e pensionistas para evitar mais perdas em seus direitos.

A necessidade da reforma da Previdência tem defensores e opositores a rodo. O ministro Luiz Marinho, da Previdência Social, tem defendido a necessidade de mudança das regras para dar sustentabilidade ao sistema, sem que isso afete quem já está no mercado de trabalho. As mudanças valeriam apenas daqui para frente.

Seminários discutem sistema previdenciário brasileiro

A polêmica sobre a necessidade ou não de uma nova reforma da Previdência ganhou contornos mais nítidos em dois seminários realizados este ano, em Brasília. Os encontros serviram para tornar evidente que a crise no sistema previdenciário brasileiro se respalda menos em números do que em interesses.

O seminário “A Previdência Complementar, o Fundo de Pensão do Servidor Público e a Centrus”, promovido pelo Sinal, reuniu quadros do Banco Central, especialistas em regime previdenciário e representantes sindicais. Já o “1º Seminário Internacional sobre Previdência Social”, organizado pelo Fórum de Carreiras Típicas do Estado, contou com a participação também de técnicos estrangeiros.

Os dois encontros serviram para mostrar a viabilidade do sistema previdenciário brasileiro e despertar a consciência sobre as ameaças contidas na reforma pretendida pelo governo. A Previdência Social, segundo os especialistas, é essencial num país com as disparidades do Brasil. E mais: ela não só é auto-sustentável, como também vive em permanente estado de crise apenas na imaginação de uma corrente que não cansa de tentar dilapidar os direitos e as garantias da população.

O “1º Seminário Internacional sobre Previdência Social”, realizado na Câmara dos Deputados, resultou na Carta de Brasília. O documento defende a intocabilidade dos preceitos previdenciários estabelecidos pela Constituição de 1988 e rejeita, entre outros pontos, a adoção do regime geral para as carreiras típicas do Estado e a instituição regulamentar de fundos privados de previdência complementar.

A economista Denise Gentil, que dirigiu a última palestra do seminário, defendeu a tese de que não há crise na Previdência, e sim o emprego de metodologias questionáveis. Em defesa do atual modelo, apresentou dados sobre o desempenho financeiro da instituição.

Considerando-se as receitas e as despesas, segundo a professora, o que tradicionalmente se chama de “déficit previdenciário” – da ordem de R\$ 42 bilhões, em 2006, e divulgado de forma alarmista pela imprensa – é na verdade o saldo previdenciário

negativo. Em resumo: a soma de receitas provenientes das contribuições ao INSS sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho, deduzidas dos benefícios previdenciários do Regime Geral de Previdência Social.

O problema, de acordo com vários especialistas (leia reportagem na página 11), é que esse cálculo não considera todas as receitas que devem ser alocadas para a Previdência Social, conforme estabelece o artigo 195 da Constituição. Recursos significativos, provenientes da Cofins, CPMF, CSLL e receita de concursos de prognósticos, não são contabilizados.

“Se computada a totalidade das fontes de recursos que cabem à Previdência, conforme dispõe a Constituição, e deduzida a despesa total, inclusive os gastos administrativos com pessoal, custeio, dívida do setor e gastos não-previdenciários, o resultado apurado será um superávit de R\$ 1,2 bilhão em 2006. Se não fosse assim, os aposentados não seriam pagos, e isso nunca aconteceu”, lembrou Denise Gentil.

A opinião comum entre os participantes dos dois seminários realizados em Brasília é que, neste momento, a Reforma do Regime Público Geral da Previdência Social que o governo insiste em fazer é, pelo menos, precipitada e desnecessária. Há um consenso também sobre a desconfiança em relação a qualquer reforma que se pretenda promover no sistema previdenciário brasileiro.

A Carta de Brasília

O Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas do Estado vem a público considerar e, ao final, declarar o que segue:

1. Que a Previdência Social brasileira é auto-sustentável e integra o complexo de Seguridade Social, sendo definido, na Constituição Federal, como o “conjunto integrado de ações de iniciativa do poder público e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”;

2. Que a Constituição de 1988 inovou ao tutelar os direitos sociais e criar um orçamento dotado de recursos próprios e exclusivos para as ações da Seguridade Social, distinto e inconfundível daquele que financia as demais políticas de governo, e que, ademais, o orçamento da Seguridade Social é superavitário e o seu custeio é auto-sustentável, tendo parte dos seus recursos próprios transferidos para a execução do Orçamento Fiscal;

3. Que a Previdência do Setor Público apresenta-se, na Carta Magna, no capítulo sobre a organização do Estado e não no da Seguridade Social; que as carreiras típicas do Estado são essenciais, indelegáveis e caracteristicamente distintas das do setor privado; que o seu regime de contratação é administrativo-estatutário, cujas regras são fixadas em lei de forma unilateral, não se regendo pela legislação trabalhista; e que os dados econômico-financeiros oficiais comprovam a sua estabilização e regressividade percentual em relação ao PIB, bem como a auto-sustentabilidade do seu custeio nos marcos legais vigentes;

4. Que a instituição de um regime de previdência complementar para os servidores da União e, na sequência, para os dos entes federativos, só trará prejuízos fiscais para o Estado, resultando em perda de receitas, aumento de despesas e comprometimento das políticas de responsabilidade fiscal;

5. Que, com a adoção dos critérios do regime geral (RGPS) para os regimes próprios (RPPS), na realidade a previdência dos servidores públicos será privatizada, pois o valor dos benefícios deverá provir de aplicações obriga-

tórias dos fundos complementares no mercado financeiro, sendo-lhes entregue o filão mais atraente da massa salarial: as insonegáveis contribuições previdenciárias sobre as remunerações públicas;

6. Que a unificação de regimes e a instituição dos fundos privados de previdência complementar, ao contrário do argumento oficial, vão dificultar o recrutamento de recursos humanos qualificados para os quadros do Estado, desestruturar internamente as suas carreiras típicas e criar desigualdades funcionais entre iguais no campo das aposentadorias e pensões;

7. Que a União e os demais entes federativos não terão nenhuma responsabilidade jurídica e financeira no caso de malversação ou quebra destes fundos complementares e que as experiências previdenciárias do Chile e da Argentina com o regime de capitalização e contas individuais resultaram em rotundo fracasso sócioeconômico, já admitido, inclusive, pelo próprio Banco Mundial;

Diante disto, o Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas do Estado declara ser fundamental para a manutenção da estrutura do Estado nacional:

1. A defesa do fortalecimento do Estado e a valorização do seu aparelho orgânico e funcional no âmbito do sistema previdenciário;

2. A manutenção dos regimes próprios (RPPS) e geral (RGPS) de Previdência Social hoje existentes, respeitando-se os direitos sociais adquiridos, os atos jurídicos perfeitos e a coisa julgada dos servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada e seus congêneres;

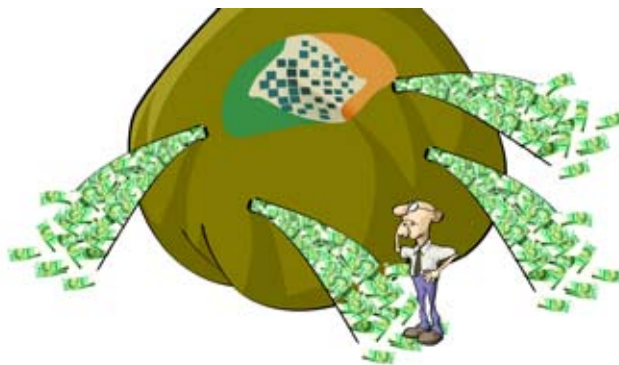
3. A preservação do custeio previdenciário solidário e de repartição simples, integralmente público estatal, com a ampliação dos direitos previdenciários dos servidores públicos e dos trabalhadores da iniciativa privada, bem como a rejeição à adoção do regime geral para as carreiras típicas do Estado e a instituição regulamentar de fundos privados de previdência complementar.

Nem assim escapa ao ataque do movimento sindical. A Central Única dos Trabalhadores, que integra o Fórum Nacional de Previdência Social, é contra a ótica fiscalista da reforma. Um projeto que mexa apenas nas despesas sem olhar para o lado da receita não teria o respaldo nem da CUT, que Marinho comandou antes de entrar para o governo Lula.

O que está em jogo

O debate quase sempre se sustenta em torno de visões diferentes para uma mesma conta – mas com resultados diferentes. Uma aponta um suposto rombo de R\$ 45 bilhões no sistema previdenciário brasileiro. Outra deduz dessa contabilidade as renúncias previdenciárias e os gastos com as aposentadorias rurais e inclui na coluna das receitas a arrecadação da CPMF e do Cofins, para mostrar que o déficit é de apenas R\$ 4 bilhões. Mais: a Previdência Social, longe de deficitária, é superavitária. Com o ingresso no mercado formal de apenas 3% dos trabalhadores informais, a receita previdenciária já ganharia o fôlego de mais R\$ 3 bilhões.

Há quem faça outros cálculos. Vinícius Pinheiro, especialista em previdência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), alertou, em uma reunião do Fórum Nacional de Previdência Social, para a necessidade de reformas também no sistema de aposentadorias dos servidores públicos. Segundo ele, o Brasil gasta quase 4% do Produto Interno Bruto (PIB) com o pagamento de aposentadorias no setor público. A média dos países da Organização



“Em 2005, segundo estudo da Anfip, a receita da seguridade social foi de R\$ 278,1 bilhões, enquanto as despesas dos ministérios do Trabalho, da Saúde, da Previdência e da Assistência Social, incluindo ativos e inativos, foram de R\$ 221,2 bilhões. No lugar de déficit, um superávit de R\$ 56,9 bilhões.”

para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 2%.

A conta chegaria a 12% do PIB, considerando-se o sistema em geral. Foi o dado que apontou o professor Armando Castelar Pinheiro, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em um artigo para o jornal Valor Econômico. O Brasil gastaria com previdência e assistência social, segundo ele, o mesmo que Holanda, Espanha e Reino Unido – países em que a proporção de idosos é o triplo da do Brasil.

Um estudo da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência (Anfip) aponta para indicadores menos alarmistas. A essência do trabalho é constatar que pode ser até aceitável falar em desequilíbrio no regime público previdenciário, mas jamais em déficit. Em 2005, por exemplo, a receita da

seguridade social foi de R\$ 278,1 bilhões, enquanto as despesas dos ministérios do Trabalho, da Saúde, da Previdência e da Assistência Social, incluindo ativos e inativos, foram de R\$ 221,2 bilhões. No lugar de déficit, um superávit de R\$ 56,9 bilhões.

Principal argumento dos defensores da reforma da Previdência, os números se revelam pouco sólidos para quem já passou por tantas reformas. Até mesmo especialistas menos conservadores, que defendem mudanças a longo prazo, menos por questões fiscais e mais por conta do aumento da longevidade do brasileiro, costumam tratar o tema com cautela. O pior em todo esse debate parece ser a desconfiança. “Toda vez que o governo mexe nesse tema, tira direitos de um lado e de outro”, resume Alexandre Wehby.

Até o governo admite: a conta não fecha

A Reforma da Previdência é quase que bucha de canhão sempre que se resolve declarar guerra ao desequilíbrio das finanças públicas. Poucas vezes, como agora, os números frios de instituições acima de qualquer suspeita atingiram o principal argumento dos defensores de uma reforma ampla, geral e irrestrita – paga, de preferência, pelo contribuinte. Feitas as contas na ponta do lápis, descobriu-se que o tal rombo é um exagero. Déficit é uma palavra mais de acordo. Até o governo reconhece.

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Ministério do Planejamento, revelou que na conta dos R\$ 42 bilhões de prejuízos anuais atribuídos à Previdência Social entram de tudo: de despesas a renúncias fiscais, passando por distorções tributárias.

O déficit da Previdência urbana chegou, em 2006, a R\$ 13,5 bilhões – nove fora CPMF e renúncias fiscais, cai para R\$ 3,8 bilhões. A rural, estimada em R\$ 28,6 bilhões, também descontadas renúncias fiscais e CPMF, cai para R\$ 18,5 bilhões. No final das contas, contando-se que a Previdência no campo é política social, restariam R\$ 4 bilhões de rombo – nada que, de acordo com especialistas, um choque de gestão, o fim das isenções e um controle da corrupção não resolvessem.

“A Previdência Social não tem pro-

blema de financiamento de curto prazo. Discutir o problema para agora é inútil porque estamos num ciclo virtuoso de crescimento do país”, diz o economista Guilherme Delgado, coordenador de Previdência Social da Diretoria de Estudos Sociais do Ipea. “A reforma necessária é de longo prazo, que atende a necessidades de aumento da longevidade da população brasileira. Previdência trabalha com décadas, não com o momento. O chamado rombo é na verdade uma distorção.”

O tamanho do “rombo”

O “rombo” é formado por subvenções de alíquotas contributivas ao segurado rural – ele custa R\$ 33 bilhões e contribui com apenas R\$ 4 bilhões. Para os especialistas, isso não pode ser contabilizado no déficit da Previdência. “Esse é um problema fiscal”, afirma Guilherme Delgado.

Outra distorção: no Simples, existem alíquotas diferenciadas que variam de 5% a 10% que, a bem da verdade, representam um prêmio. O valor do benefício é sempre maior do que a contribuição. O subsídio ao Simples, que visa à inclusão previdenciária, chegou, pelos cálculos dos especialistas, a R\$ 5 bilhões no ano passado, contra uma receita em torno de R\$ 3 bilhões.

As desonerações da Previdência Social também pesam na conta. As beneficiadas são as chamadas empresas que recebem o certificado de filantropia – não contribuem, mas seus funcionários têm direito aos benefícios. A renúncia fiscal nesse caso chega a algo em torno de R\$ 4 bilhões ao ano.

No curto prazo, segundo Guilherme Delgado, a despesa total com benefícios gira em torno de 8% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Considerando-se somente a Previdência Social, é de 7,5%. “Apenas 1,9% é financiado pelo PIB. É o chamado rombo”, diz. “Esse patamar vai continuar no mesmo nível por mais uma década, e vai continuar assim com um crescimento do PIB em torno de 4%. As contribuições sociais são mais do que suficientes para cobrir esse déficit.”

O especialista aponta para a necessidade de manutenção e melhora de alguns indicadores para que o que

é déficit se mantenha sob controle. O crescimento do emprego formal no país, registrado a partir de 1999, precisa alcançar patamar equilibrado. Hoje, 46% dos contribuintes do sistema previdenciário, juntamente com cerca de 8% do regime de economia familiar – Previdência Rural, que não contribui –, fazem parte da População Economicamente Ativa (população empregada mais desempregados). A recuperação do emprego formal permitiria que o número de contribuintes atingisse 55% de PEA.

“Se se mantiver o ritmo de sete anos para cá, em mais sete chegaríamos a esses 55% da PEA contribuinte. Para isso, é preciso um crescimento mais ativo da economia, de pelo menos 4% a 5%. A inclusão no sistema do pequeno empreendimento também seria bem-vinda”, avalia o economista. “Se continuar o processo de inclusão, o déficit da Previdência zera em quatro anos.”

Ajustes futuros

A longo prazo é que o nó é mais difícil de desatar. O crescimento da longevidade e a própria maturação dos segurados ativos que passam a demandar benefícios de inatividade são ameaças à solvabilidade fiscal do sistema. É preciso garantir, aponta o economista, que no longo prazo o estoque de benefício de manutenção não ultrapasse a taxa de crescimento do PIB. É necessário um ajuste que não fira direitos adquiridos, mas que indique que idades mínimas, por exemplo, sejam maiores no longo prazo, lá por 2020.



“A Previdência Social cumpre o papel principal de evitar que cada vez mais gente caia na indigência no Brasil.”

GUILHERME DELGADO, Diretoria de Estudos Sociais do IPEA

Guilherme Delgado sinaliza para uma reforma com regras de transição longas que respeitem critérios de demografia. Uma delas é a mudança da idade mínima de aposentadoria, de 55 anos, para a mulher na zona rural. “É uma benesse que não se justifica”, diz. “Não se trata de reduzir a idade mínima dos homens, mas de aumentar a das mulheres. Essa é uma discussão que incomoda, mas precisa ser feita – chegar à idade mínima de 65 anos daqui a uma década. Para isso, precisa-se fazer uma regra de transição longa. Se a idéia é tornar a reforma solvável, isso faz sentido. Se é apenas para cobrir o superávit primário, não faz sentido.”

De acordo com o economista do Ipea, o debate da Reforma da Previdência põe em lados opostos um grupo que acha que o setor é apenas um apêndice da polícia fiscal, e outro que enxerga nele uma função econômica e social. Há os que pensam

que Previdência Social tem de garantir seguridade social mesmo a quem não tem capacidade contributiva, e os que defendem a eliminação do sistema de quem não a tem.

“A Previdência no mundo inteiro é assim”, afirma Delgado. “Ela tem um sentido de previdência contra risco, invalidez. Esse sistema tem uma parte contributiva, e outra que é socorrida por tributos. É o que se chama de déficit. Quando esta parte começa a crescer de forma forte, fala-se na necessidade de reforma.”

Uma das propostas dos conservadores é desvincular o salário mínimo do piso de benefício. “Isso é fazer Robin Hood ao contrário”, frisa o economista. “Dos R\$ 24 bilhões que o INSS paga, R\$ 15 bilhões estão vinculados ao salário mínimo. Os benefícios vinculados ao mínimo representam 41% dos gastos do instituto. A Previdência Social cumpre o papel principal de evitar que cada vez mais gente caia na indigência no Brasil.” **S**

A convite do Sinal, Centrus debate Fundão

A Centrus está atenta e interessada na regulamentação do fundo de previdência complementar dos servidores públicos, o Funpresp, mais conhecido como “Fundão”, prometido pelo Governo para breve. Isso ficou demonstrado nas palestras feitas pelo presidente da Fundação, Helio Cesar Brasileiro, a convite do Sinal-Nacional, em Brasília, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Porto Alegre, para servidores da ativa e aposentados do Banco Central, a fim de esclarecer as oportunidades e os riscos dessa iniciativa. O projeto ainda não foi encaminhado ao Congresso Nacional, mas o debate preparatório sobre o tema está aceso em todos os órgãos públicos.

O presidente da Centrus esclareceu nesses encontros que, em princípio, a criação do Funpresp não deve afetar a situação dos servidores do BC já aposentados no âmbito do Regime Jurídico Único (RJU). No entanto, várias possibilidades no projeto, em elaboração pelo Executivo, podem torná-lo mais ou menos atraente para a categoria funcional do BC, dependendo da redação final.

“Do que já se conhece informalmente do projeto, o Funpresp pode conter uma oportunidade, que é permitir a administração de planos de benefícios equivalentes por entidades fechadas de previdência complementar ligadas a patrocinadores públicos”, afirma Helio Brasileiro. E também pode apresentar uma ameaça para a categoria, que é a possibilidade de retirada do patrocínio de entidades fechadas de previdência complementar cujos participantes foram enquadrados no RJU.

Outra definição importante é se o fundo será único – para os três Poderes da República – ou se cada um deles poderá ter seu próprio fundo, nos aspectos da gestão dos recursos e da representatividade dos servidores nos seus conselhos.

Helio Brasileiro afirmou que, tão logo o projeto seja

encaminhado ao Congresso, a Centrus enviará todos os esforços e buscará toda ajuda possível para que a Fundação possa administrar, por meio de plano de contribuição definida, os recursos destinados à complementação das aposentadorias dos servidores do BC.

Carteira imobiliária

Também nesses encontros, o presidente da Centrus procurou esclarecer as medidas adotadas pela Fundação no sentido de encontrar uma solução para o desequilíbrio financeiro de determinados grupos de contratos de financiamentos imobiliários da sua carteira, atualmente representada por 2.463 contratos, no valor de R\$ 257 milhões. Muitos dos mutuários são servidores do BC incluídos no RJU.

Um grupo de trabalho estudou, entre os meses de março e maio, as alternativas de reestruturação da carteira. O objetivo é equacionar a atual situação de crescimento dos saldos devedores, mesmo com a quitação em dia das prestações dos financiamentos contratados.

Fizeram parte do grupo de trabalho representantes da Centrus, Jerônimo Campos e Sônia Maria da Silva Holanda; do Sinal, Maria Juliana Zeilmann Fabris e Edilson Rodrigues de Sousa; da Fenabacen, José Perez Puente; e do chamado GT-Centrus (que congrega mutuários), Carlos Waldyr Chagas de Araújo.

O grupo apresentou a conclusão dos estudos no início de julho, esclarecendo que as contribuições por ele oferecidas deverão ser examinadas em breve pela Diretoria-Executiva e, posteriormente, pelo Conselho Deliberativo da Centrus.

Já os 137 contratos (no valor aproximado de R\$ 20 milhões) da carteira de financiamentos da Previ estão sendo objeto de avaliação direta entre a Centrus e aquela Entidade.

“O PAC não é um plano de desenvolvimento”

Mineiro, quatro mandatos como deputado federal – em 2005 filiou-se ao PDT, depois de 43 anos de militância no PCdoB –, Sérgio Miranda faz parte de um seletto grupo de parlamentares que, por sua irretocável atuação política, conseguiu dar brilho e qualidade moral a um Congresso atualmente tão desgastado. Defensor dos direitos dos trabalhadores e aposentados e de uma previdência pública, ele foi parceiro das entidades dos servidores públicos em momentos cruciais no Congresso, como, por exemplo, em 2003, na votação da reforma da Previdência, e quando assinou a proposta de reforma apresentada pelo Fórum Sindical de Trabalhadores, o PL 4554/2004. Ao conversar com a **Por Sinal**, o ex-deputado, especialista em finanças públicas e orçamento, desmistificou a idéia de que a máquina estatal está inchada e que os gastos com pessoal estão crescendo. Sobre o PAC, questionou-o enquanto plano de desenvolvimento. “O que o PAC faz é agrupar os investimentos. Muitas coisas já estavam no portfólio das empresas estatais, principalmente da Petrobras, que hoje é um dos grandes investidores do Brasil.”

■ **Quase sete meses depois do seu lançamento, qual a avaliação que o senhor tem do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), particularmente do Projeto de Lei Complementar que impõe limitação aos gastos públicos?**

Em primeiro lugar, devemos partir da idéia inicial de que o PAC é um plano de investimentos, e não um plano de desenvolvimento. Não se compara aos planos de desenvolvimento que o Brasil já teve, por exemplo, ao Plano de Metas do governo JK, ao Plano Trienal do governo Jango, e mesmo ao 2º PND do Geisel. O que o PAC faz é agrupar os investimentos. Muitas coisas já estavam no portfólio das empresas estatais, principalmente da Petrobras, que hoje é um dos grandes investidores do Brasil, e mesmo com a obrigação que essas empresas públicas têm de gerar superávits primários. O Programa procura aumentar investimento no orçamento,

fazer um novo método de gerenciamento e desonerar certos setores produtivos. E do ponto de vista de gestão, tenta inovar também, concentrando-a na Casa Civil e no Planejamento, dando papel mais relevante a esses ministérios.

Mas há outra questão importante. Se procurarmos entender melhor de onde vêm os recursos para os investimentos fiscais, vamos ver que eles virão de duas fontes, basicamente. Em primeiro lugar, da diminuição do ritmo do aumento do salário mínimo. Nos dois últimos anos, o governo Lula deu aumentos expressivos – 8%, em 2005, e 13%, em 2006. Agora ele vai diminuir o ritmo desses aumentos, porque a regra que está sendo adotada é a do INPC mais o crescimento real do PIB do ano anterior. Por exemplo, já sabemos que a proposta do salário mínimo para 2008 vai ser um aumento real de 3,6% (já com a revisão do PIB).



■ E a segunda fonte de recursos?

É o aspecto mais negativo do PAC: o enorme arrocho salarial em cima dos servidores, pois a regra é o IPCA, mais 1,5% do aumento do total de gastos com o pessoal. Essa é a questão-chave. Porque quando foi divulgado o PAC, muitos servidores pensaram que os seus salários iam aumentar (o IPCA mais 1,5%), como se houvesse uma indexação, um aumento real de 1,5%. Alguns até reclamaram que era pouco. O problema é que eles pensaram que era um aumento do vencimento de cada servidor, e isso não é verdade. A norma que está sendo discutida significa outra coisa: o aumento é para o total da folha, separada por poderes, por órgão (Poder Judiciário, Poder Executivo, Poder Legislativo, TCU, Ministério Público da União). Nesse projeto entram os novos contratados, a reposição dos aposentados, o

crescimento vegetativo da folha. E, se for aprovado o fundo de pensão, entram as despesas da União com o fundo de pensão. Isso é um poderoso limitador!

■ Além de não dar aumento, o que o governo está propondo seria insuficiente para manter o serviço público funcionando.

O que é grave. Quando se compara o gasto público, você sempre tem de ter um referencial, já que o valor em si não diz muita coisa. E o referencial de comparação que se faz é com o PIB. Numa série histórica dos gastos com pessoal, hoje o oficial é de 5,7%, mas com o recálculo do PIB, fica em 5%. Essa proposta do governo vai provocar uma queda abrupta do gasto público, e por duas razões. Primeiro, está se crescendo

menos do que o PIB. A proposta é que o PIB cresça 4,5%, 5%. E nós estamos propondo um aumento real de 1,5%. É um terço do crescimento! E mais ainda: o indexador do PIB, chamado de deflator implícito, tem sido sempre superior ao IPCA. Se isso fosse aplicado a partir de 2007, acho que no fim do governo, em 2010, teríamos o gasto com pessoal reduzido para menos de 3% do PIB. Uma queda muito forte.



“Hoje, as entidades dos servidores públicos têm dupla obrigação: justificar-se perante a categoria que está defendendo seus interesses e perante a sociedade, porque existe uma campanha articulada, de Estado mínimo, de ineficiência pública.”

■ Podemos dizer, então, que uma das fontes de financiamento do

PAC é a contenção de gastos com pessoal. E os gastos sociais, o governo vai contê-los também?

Basicamente, o que pesa no gasto corrente não-financeiro são as despesas da Previdência e de pessoal. Na Previdência, devem ser incluídos outros gastos sociais, como a LOAS (os chamados benefícios de prestação continuada), o seguro-desemprego, o abono salarial. O governo vai ter muitas dificuldades políticas para mexer com a Previdência do regime geral. Com a dos servidores, já mexeu. Então, o que sobra para fazer a contenção de gastos correntes é a despesa de pessoal.

Qual o problema dessa proposta? Temos de analisá-la por vários ângulos. Primeiro, deve se levar em conta que essa é uma proposta para dez anos. Vamos ter dez anos de contenção de despesa de pessoal. Nesse período, a população vai crescer, segundo o IBGE, de 13% a 15% e o PIB, em torno de 60%, se a expectativa de 5% ao ano se cumprir. Ora, o crescimento da população e o crescimento do PIB exigem o aumento dos serviços públicos, porque gasto com servidor é basicamente gasto com serviço público. Isso significa investir na educação, na saúde, nas necessidades da população. Mesmo se você pensar em outras despesas do Estado, como o processo de regulação, que envolve o próprio Banco Central, uma economia maior, com uma população maior, vai exigir mais fiscalização, mais regulação e mais controle do Estado sobre a economia. Haverá, sem dúvida, nesse período, uma enorme defasagem entre a necessidade de mais serviços públicos e a redução de despesas de pessoal.

■ Comprometendo a eficiência do Estado, não?

Tenho debatido muito com os servidores públicos uma questão básica. Quando fazemos crítica a esse projeto, não estamos olhando prioritariamente o aumento dos servidores. Essa é uma responsabilidade dos sindicatos, que têm de se envolver e assumir a defesa de suas categorias. O problema grave é o que isso significa em termos de desmonte do Estado nacional. Esse é o aspecto central. Se compararmos o número de servidores públicos com o total da população empregada de cada país, vamos ver que no Brasil esse percentual é menor. Enquanto os EUA têm mais de 15%, a Europa 14% ou 13%, o Brasil tem 8%. Portanto, é uma despesa pequena, se comparada com a de outros países.

■ Mas o sentimento da população é outro. Para grande parte, a máquina estatal está inchada, é ineficiente, e os salários são muito altos para um atendimento ruim.

Esse é um problema grave. Acho que existe uma campanha sistemática, feita por interesses bem definidos. Hoje, a grande disputa política que se dá no país é pela apropriação do fundo público. Nessa disputa, de um lado estão os interesses dos rentistas, aqueles que detêm títulos públicos e querem uma garantia real de que a dívida está controlada. Isto é, o Estado é solvente, é capaz de garantir o pagamento dos juros. Por outro lado, há aqueles que disputam os fundos públicos de investimentos de acordo com os seus projetos.

Mas existe também uma necessidade social. Não é um problema apenas dos servidores. A sociedade demanda serviços para ter um mínimo de garantias sociais. Estamos, por exemplo, vivendo uma crise de violência enorme em todo o país. Como é que se vai enfrentar isso? É preciso construir mais presídios, aparelhar melhor as polícias e as Forças Armadas, aumentar o contingente policial. Isso tudo é gasto social também.

Hoje, as entidades dos servidores públicos têm dupla obrigação: justificar-se perante a categoria que está defendendo seus interesses e perante a sociedade, porque existe uma campanha articulada, de Estado mínimo, de ineficiência pública. E se os servidores públicos, através de suas entidades, não se colocarem à frente desse debate, tentando mostrar para a sociedade essas questões, vamos ter dificuldades, muitas vezes, até para garantir suas próprias reivindicações.

■ **Respondendo às pressões dos que defendem uma contenção maior dos gastos públicos e a redução do Estado, o ministro Mantega insiste na tese de que investimento não é gasto corrente e que gasto social é investimento. E que o país precisa muito de novos investimentos públicos. Não é essa visão que está por trás do PAC?**

Vamos analisar esses aspectos. Isso é claramente falso quando se examinam dados concretos. Em primeiro lugar, sempre houve uma limitação de despesas de pessoal, isso está na Constituição de 1988. Inicialmente, essa limitação foi feita através da Lei Camata, que dizia que o gasto público da União devia representar até 60% da receita corrente. Posteriormente, criou-se a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece que o gasto da União não pode ultrapassar 50% da receita corrente líquida. Os dados que temos mostram que esses limites vêm sendo cumpridos sistematicamente, porque há um crescimento evidente da receita.

Hoje, e isso é grave, estamos alterando uma lei complementar, que exige quórum qualificado – a Lei de Responsabilidade Fiscal. Porque estamos, com esse projeto, limitando a expansão da despesa, e não a despesa em si. E há uma lógica de limitar a despesa de pessoal em relação à receita corrente líquida, porque a receita é a disponibilidade que se tem para

cumprir uma determinada obrigação. Mas o que estamos fazendo de fato nessa lei é limitando a expansão, porque a limitação em relação à receita corrente está sendo cumprida com uma enorme folga. A despesa de pessoal está se mantendo estável em relação ao PIB, porque o PIB está crescendo pouco. Mas a arrecadação está crescendo muito mais do que o PIB. É essa a questão-chave. E você compara a despesa de pessoal com a arrecadação. Agora, nós temos um problema básico dessas comparações todas, que é o baixo crescimento do PIB. Outro aspecto importante é que a votação dessa alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal vem complementada com o debate sobre uma nova lei de greve.

■ **Qual seria a relação entre a contenção dos gastos com pessoal e a nova lei de greve?**

A lei de greve está relacionada com esse arrocho enorme dos gastos com pessoal. Você arrocha e cria dificuldades para que os trabalhadores do serviço público possam reivindicar os seus direitos. E esse é um outro aspecto que se tem de levar em conta. Há uma percepção de que começam a surgir problemas setoriais dentro do serviço público, causados por essa política de constante arrocho fiscal, de geração de superávits, de manutenção da relação dívida pública/PIB estável, que é o elemento-chave da atual política econômica. Basta ver o que já está acontecendo: crise dos controladores, greves da Polícia Federal e do Banco Central, a questão da vacinação do gado contra a febre aftosa.

Há um outro ponto importante que eu gostaria de chamar a atenção. O que está em debate, hoje, é a compreensão do Estado. Considero que esse grupo majoritário do PT, que chegou ao governo com Lula, tem uma concepção distorcida do Estado. Eles não compreendem as funções próprias do Estado. Essa intenção de comparar o servidor público com o trabalhador de forma geral não é correta. O Estado tem um papel diferenciado na sociedade. Exatamente pelas suas funções – sociais, de defesa, de desenvolvimento. E ele tem de ser preservado.

Essa concepção do Estado distorcida apareceu muito forte na reforma da Previdência. Qual era o eixo da reforma? É que ela transforma o serviço público em algo provisório e efêmero. Vamos imaginar isso daqui a dez anos, já constituído o fundo

de pensão. Hoje está havendo um grande afluxo de pessoas buscando, através de concursos, um emprego público, porque a economia vai mal. Tem baixo crescimento e baixa oferta de empregos especializados no setor privado. O crescimento de empregos que se dá é principalmente de baixos salários. Mas quando o país começar a crescer, que eu espero, é o nosso desejo, vamos ter um esvaziamento do serviço público.

Isso acontecia na década de 1950. Quando se discutia uma aposentadoria integral para o servidor público, ela era uma vantagem para disputar os profissionais mais competentes com a iniciativa privada. Isso dava uma certa garantia às pessoas. Mas, hoje, o que acontecerá se essas regras da Previdência forem aplicadas? Um auditor fiscal, por exemplo, faz um concurso para a Receita, passa dez anos lá e depois sai, vai montar um escritório de consultoria e leva o seu fundo. Já no setor privado, o trabalhador está na Fiat, vai para a Mannesman, vai para a Belgo, de acordo com a oferta de salário. Essa visão distorcida faz com que todas essas medidas de restrição salarial do servidor público sejam encaradas apenas sob a ótica fiscal. E não sob a ótica da necessidade do Estado nacional.

■ **Pegando o gancho da limitação do direito à greve, gostaria de saber sua opinião sobre o Fórum Nacional do Trabalho e a possível reforma trabalhista, de que muito se fala. O presidente Lula aparentemente quer realizá-la, mas evita assumir o desgaste. Ele está trazendo algumas entidades, para que elas encaminhem essa questão ao Congresso, como se fosse uma demanda da própria sociedade. Com a entrada do PDT, seu partido, no Ministério do Trabalho, muda alguma coisa?**

Em primeiro lugar, há algumas questões que são importantes salientar. A expectativa era de o PDT assumir o Ministério da Previdência. Ele foi deslocado para o Ministério de Trabalho porque, segundo palavras do próprio presidente Lula, o PDT tinha o compromisso histórico de não fazer a reforma da Previdência, como tem o mesmo compromisso em relação à reforma trabalhista. A marca do PDT é algo positivo, que é reconhecido pelas outras forças políticas e pela sociedade. O PDT é defensor da previdência pública e dos direitos do trabalhador. Essa imagem tem uma perspectiva histórica. Eu não acredito que o PDT no Ministério do

Trabalho vá fazer reforma trabalhista. O Fórum Nacional do Trabalho já encerrou suas funções, e não deu em nada.

Mas o que é importante entender é que essas reformas talvez não venham de uma maneira clássica, por meio de uma proposta do Executivo. Elas podem surgir do próprio Congresso, e o que está aí é profundamente conservador. As pesquisas envolvendo questões previdenciárias e trabalhistas mostram que a maioria do Congresso tem um pensamento de defesa dessas tais contra-reformas – acho que a expressão reforma não é a mais adequada. Nós já estamos fazendo a reforma trabalhista, caso se aprove a chamada Emenda 3 na Lei da Super-Receita. A Emenda 3 impede a ação fiscalizadora para o reconhecimento do vínculo de emprego entre empresas de uma pessoa só e um contratante. Essa alteração não se dá no Código Tributário, mas, sim, na lei da fiscalização, que envolve a fiscalização trabalhista. Então, esse é um instrumento para se fazer a reforma trabalhista. A reforma da Previdência pode vir fatiada, com mudanças no auxílio-doença, que já estão sendo discutidas e votadas no próprio Congresso. A sociedade tem de ter a percepção clara de que o mecanismo de viabilizar as reformas pode não ser mais o tradicional.

■ **No quadro político atual a reforma da Previdência passa?**

Devemos analisar o atual quadro político a partir do resultado eleitoral, principalmente no segundo turno, que foi mais politizado, em que houve um efetivo debate em torno de questões como as privatizações, o choque de gestão, os modelos de crescimento. Aí, nesse caso, houve uma clara derrota do projeto mais à direita. Passadas as eleições, as lideranças empresariais e políticas mais conservadoras tentam impor ao governo o seu programa, as chamadas reformas, que foram derrotadas no segundo turno. No caso da Previdência, o centro são alterações que exigirão mudanças constitucionais. Principalmente alterações como a desvinculação do piso dos benefícios do salário mínimo, a imposição de idades mínimas para a aposentadoria por tempo de contribuição, a eliminação da diferença para a requisição de benefícios entre homens e mulheres, o fim das aposentadorias especiais para professores.

■ **Há clima no Congresso para esse tipo de alteração?**



“É importante entender que essas reformas (trabalhista e previdenciária) talvez não venham de uma maneira clássica, por meio de uma proposta do Executivo. Elas podem surgir do próprio Congresso, e o que está aí é profundamente conservador.”

Sim, mas há uma enorme rejeição da sociedade. Então isso é uma barreira política. Os meios de comunicação, que estão defendendo esses interesses, procuram mudar a opinião pública. Mas a opinião pública, hoje, tem uma posição bastante crítica em relação ao Congresso.

■ **Com todos os escândalos do ano passado (mensalão, sanguessuga, etc.), muito se falou sobre a necessidade da moralização da política. Dizia-se que nas eleições parlamentares, a sociedade, descontente, daria uma resposta à altura. O que se viu, no entanto, é que houve pouca renovação do Congresso, muitos deputados envolvidos nos escândalos permaneceram, poucas lideranças novas surgiram, e vários deputados, conhecidos por sua coerência política e integridade ética, não foram reeleitos. O que aconteceu? A sociedade reconhece este Congresso, mais conservador, como seu representante?**

Na minha opinião, reconhece. É um Congresso que tem a legitimidade das urnas. Acho que a sociedade puniu muitos deputados envolvidos em escândalos. Basta olhar a taxa de retorno desses deputados, que foi muito baixa, apesar de alguns terem sido reeleitos. Todo processo eleitoral decorre de ambiente político, da conjuntura. Muitas vezes, o trabalho basicamente parlamentar – que envolve o debate de projetos, a especialização em torno de determinados temas, a posição política em torno de bandeiras – fica muito interno, e isso não é reconhecido pela sociedade.

Porque se criou uma mentalidade de que o fazer legislativo são as obras que o deputado leva para sua região, e não algo que diz respeito às tarefas de legislar, fiscalizar, representar. Existe uma dificuldade grande para que se explicita isso. O que não dá é para responsabilizar o povo.

■ **Muito se tem falado da reforma política, mas ela não sai. Por quê? Que reforma política seria viável hoje?**

A reforma política é um tema tão genérico, que há uma enorme con-

fusão. Existe um anseio de reforma da política e, às vezes, confunde-se reforma política com reforma eleitoral. No que diz respeito à reforma eleitoral, há muitos interesses em jogo. Há, inclusive, interesses antidemocráticos, restritivos, de fortalecer as cúpulas dos partidos. A política, hoje, vem sofrendo desgaste, porque está cada dia se restringindo. Objetivamente, o Banco Central tem um poder muito maior na economia do país do que o Senado. O BC alterou as regras de câmbio sem que isso fosse aprovado pelo Congresso. O Banco Central persegue uma meta oculta de inflação sem que isso seja justificado. A meta de inflação é 4,5%, mas o Banco persegue uma meta muito menor. Há uma discussão dessas relações incestuosas do Banco Central com o mercado, as chamadas reuniões secretas, com os agentes de mercado, para formar uma opinião sobre a gestão da política econômica. Então, esse esvaziamento do poder político, que tem por base o voto popular, serve também para desmoralizar a ação parlamentar e a ação política de forma geral.

■ **Esse tipo de deputado que tem idéias e briga por elas perdeu força no Congresso. Esta eleição não mostrou um pouco isso?**

Mas, às vezes, a culpa é também do próprio parlamentar, que teve dificuldade de explicitar o seu trabalho para a sociedade. Às vezes, dificuldades materiais. Eu vejo mesmo o meu caso como uma lição política. Parlamentar ganha e perde a eleição. Faz parte do jogo democrático. **S**

Algumas reflexões sobre o PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) mostra uma tentativa, depois de um bom tempo, de uma ação governamental planejada com vistas à retomada da capacidade orientadora do Estado na questão do crescimento econômico do país, por meio do incremento da taxa de investimento público e privado em áreas consideradas estratégicas. Dessa forma, o Estado buscaria ter papel de destaque no processo de crescimento, através da indução e do direcionamento dos investimentos e da economia do país. Tais medidas parecem significar uma mudança qualitativa de proposta quanto ao papel a ser desempenhado pelo Estado na sociedade brasileira, pelo distanciamento em relação ao discurso liberal das “vantagens do livre mercado” na alocação dos investimentos, ao mesmo tempo em que o tema do crescimento econômico finalmente assume preponderância, ao menos no discurso oficial, em relação ao tema da estabilização, o que são dois ganhos importantes dessa discussão.

O programa é composto de medidas de curto, médio e longo prazos, tentando desenhar um horizonte favorável aos investimentos e à aplicação dos recursos. Nesse sentido, busca muito mais tentar mobilizar os investimentos privados para, desta forma, multiplicar os efeitos dos investimentos públicos, em menor escala. Usa muito pouco recurso orçamentário, e os recursos da área pública vêm mais de fundos, agências de desenvolvimento e empresas estatais. Apresenta também uma série de medidas de incentivo ao investimento através de facilidades fiscais e tributárias para as empresas, o que vem sendo um ponto de demanda forte do empresariado no período mais recente.

As medidas que buscam promover a desoneração tributária e fiscal priorizam determinados segmentos – construção civil, semicondutores, TV digital –, mas há ainda medidas amplas, como a Lei Geral das Pequenas e Médias Empresas; a ampliação do prazo de recolhimento das contribuições previdenciárias e do Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade (PIS/Cofins); o reajuste da tabela do Imposto de Renda; a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital

e Nota Fiscal Eletrônica; entre outros. Várias dessas propostas que aparecem no PAC estavam previstas em outros âmbitos.

Em relação às contas públicas, não há nenhuma referência a medidas de corte dos gastos correntes, tradicionalmente adotadas. Os gastos com despesa de pessoal, porém, terão uma limitação até 2016, isto é, para muito além do atual governo.

Estima-se ainda a queda gradativa da dívida líquida do setor público em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), em decorrência da previsão de um crescimento maior deste último. O superávit primário ficou a princípio mantido em 4,25% do PIB, mas a posterior revisão dos números do PIB para cima fez com que esse ponto fosse rediscutido depois, e é possível que se acabe trabalhando com um percentual menor, talvez os 3,75% que haviam sido acordados com o FMI lá atrás (para o empréstimo do Fundo que já foi pago) e depois ampliados para 4,25%, por proposta do próprio governo brasileiro no início de 2003. Não obstante, ele será fonte de recursos para os investimentos do Projeto Piloto de Investimento (PPI) na ordem de 0,5% do PIB, durante o período de 2007 a 2010. A manutenção do superávit primário concomitante com a liberação de recursos para o PPI torna-se possível, pois esses recursos deixam de fazer parte do cálculo do superávit primário, conforme entendimento anterior com o mesmo FMI.

No que diz respeito aos trabalhadores, mais diretamente, existe um conjunto de medidas específicas, várias das quais já vinham sendo encaminhadas (por exemplo, a política de valorização do salário mínimo, correção da tabela do Imposto de Renda da pessoa física ou a implantação da previdência complementar do funcionário público). Além disso, propõe-se a criação do Fórum Nacional da Previdência Social (com a participação de representantes de trabalhadores, aposentados e pensionistas, empresários e governo federal) e do Fundo de Investimento com recursos do FGTS (FI-FGTS), o que causou discussão com as entidades sindicais a respeito da remuneração mínima dos recursos do FGTS, além de um desvio de suas funções originais (financiamento de habitação e saneamento) por meio de medida provisória. Foram incorporadas,

ainda, medidas que dizem respeito à gestão e governança corporativa das empresas públicas. Vale ressaltar, finalmente, as medidas de limites de gastos com pessoal do setor público. O projeto de lei apresentado propõe fixar, para o período de dez anos – de 2007 a 2016 –, além dos limites já estabelecidos na LRF, nova limitação das despesas de pessoal para cada esfera de poder (Legislativo, Executivo e Judiciário) e órgãos da União. Tal limitação consiste em só permitir o acréscimo, à despesa de pessoal do ano anterior, da variação acumulada da inflação mais 1,5%. Note-se que tal limitação refere-se a toda a despesa de pessoal, não se aplicando aos trabalhadores individualmente. Desse modo, pode-se supor a possibilidade de aplicação diferenciada dos recursos previstos nesse dispositivo, segundo grupos e áreas do funcionalismo. Nesse limite não estão sendo considerados os valores transferidos ao Distrito Federal para pagamento de pessoal e encargos sociais, bem como as sentenças judiciais que são associadas à folha de pessoal da União. Segundo nota do Ministério do Planejamento, as propostas aprovadas pelo Congresso Nacional, em 2006, que resultaram na reestruturação de carreiras e na concessão de reajustes salariais com impactos financeiros em 2007, 2008 e 2009, poderão ser admitidas como valores excedentes. Essas medidas podem ser avaliadas como um processo de esvaziamento, ou redução substancial de margem de manobra, da mesa nacional de negociação do funcionalismo público. O PAC prevê ainda a possibilidade de substituição de mão-de-obra terceirizada por servidores, desde que não acarrete acréscimo de despesa com essa operação.

O principal aspecto positivo do PAC, como dito antes, é a retomada do papel do Estado enquanto promotor e indutor do crescimento econômico, através de investimentos estratégicos, especialmente em infra-estrutura econômica, mas também alguma coisa na área social. Cabe aqui, entretanto, uma discussão que não é menor. Boa parte dos investimentos previstos se vinculam ao projeto exportador, à montagem de infra-estrutura para a dinamização das exportações. Ora, os anos recentes, de extremo dinamismo das exportações e do saldo da balança comercial, e ao mesmo tempo o desempenho pífio do ponto de vista do crescimento do PIB, mostraram que esse projeto exportador não é capaz de gerar uma dinâmica de crescimento, e muito menos

de crescimento sustentável. Assim, os projetos do PAC poderiam levar a um aumento das taxas de crescimento do PIB durante a realização dos investimentos, mas posteriormente perderiam fôlego. Além do mais, os setores mais envolvidos com o dinamismo exportador, como a grande agricultura comercial de exportação e o setor de mineração, são intensivos em capital, em utilização de recursos ambientais (terra, água), e por isso mesmo concentradores de renda e agressivos ao meio ambiente, o que coloca uma outra discussão para além da discussão do crescimento, a do desenvolvimento – e será esse o projeto de desenvolvimento que queremos construir para o país?

Finalmente, cabe um debate sobre as contradições entre o programa e, mais do que ele, os desejos de crescimento expressos no PAC e o conjunto da política macroeconômica em curso. A fala oficial da aceleração do crescimento se dá em meio a uma política macroeconômica fundamentalmente hostil ao crescimento. A política fiscal mantém a busca de superávits, ou seja, não busca ativar a economia. A política cambial, com a valorização da taxa de câmbio, acaba incentivando as importações em vários setores industriais e, portanto, trabalhando no sentido de reduzir a produção, a renda e o emprego nesses setores (nas palavras do secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Júlio Sérgio Gomes de Almeida, mantida essa rota da política cambial, a indústria brasileira vai “virar pó”). E, finalmente, segue uma política monetária desafiadora para o crescimento, aliás reafirmada pela manutenção da política geral de juros por parte do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) poucos dias depois do anúncio do PAC. Ou seja, todos os freios macroeconômicos ao crescimento estão em funcionamento – e como crescer com o freio de mão puxado desse jeito? 

* Economista, técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Nota: Esse texto toma como base a Nota Técnica nº 41, do Dieese, de janeiro de 2007, intitulada “Principais Aspectos do Programa de Aceleração do Crescimento”, disponível em <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec41PAC.pdf>.

Ivonil, a grande guerreira

A **Por Sinal** publica neste número, a coluna “Prata da Casa”, dedicada a contar um pouco da vida das mulheres que costuram pacientemente a história do sindicato. O perfil desta edição é de Ivonil Guimarães Dias de Carvalho, diretora Financeira do Sinal Nacional e atual presidente da Regional de Curitiba. Seu nome foi escolhido não só porque é a mais antiga dirigente em atividade, mas também por ter se revelado uma unanimidade quando se fala em competência e fidelidade aos funcionários sindicalizados do Banco Central.

ROSANE DE SOUZA

Ivonil se define como uma pessoa estourada, inflexível, pouco disposta a negociar e, mais do que isso, uma “mão-de-vaca”, que é, aliás, como os três filhos a qualificam. Pode não ser exatamente o perfil de uma dirigente sindical, mas com certeza – como o Sinal veio a descobrir – são qualidades fundamentais em quem está determinado a lidar com o dinheiro dos outros. O convite para a função que exerceu até início de abril deste ano foi feito pelo ex-presidente do Sinal-Curitiba Pedro Paulo dos Santos, que, na verdade, impôs essa condição para assumir o posto. Na tarefa de convencê-la a exercer a nova função, ele foi ajudado pelo atual diretor administrativo do Banco Central, Gustavo Mattos do Vale, que a convidou pessoalmente.

Pedro Paulo justifica a imposição pelo fato de desejar ter ao seu lado uma pessoa que garantisse a regu-

laridade da administração financeira da entidade. Foi tão bem-sucedido na empreitada que, pouco tempo depois, não só o Sinal-Curitiba deixou de “passar o chapéu” para cobrir as despesas, se viabilizando financeiramente, como também a auditora da então Refis do Banco Central passou a controlar os recursos arrecadados em todo o Brasil. “Ela foi a chave do sucesso de nossa gestão”, garante.

Mãe de um casal de gêmeos e de uma filha temporã nascida 11 anos depois, além de ser avó de primeira viagem de Thiago, Ivonil confessa que é apaixonada por contabilidade e, por isso mesmo, terminou gostando muito da função de “cuidar do dinheiro de quem paga as contribuições à entidade”, apesar de ter vivido tempos difíceis por conta do cargo e enfrentado momentos pessoais bem conturbados. “Trabalhávamos



à noite para o sindicato, porque o Banco não liberava pessoal para esta atividade. Às vezes, nossas reuniões varavam a madrugada e saíamos daqui, freqüentemente, às 3 horas”, lembra, acrescentando que, no entanto, se encontrou mais no sindicato do que no próprio trabalho do BC.

Outro período complicado foi quando o Banco Central resolveu “estruturar” o seu Departamento de Fiscalização, deixando muita gente, inclusive ela própria, sem função em Curitiba e transferindo outras para Porto Alegre, São Paulo e Brasília. “Eles resolveram centralizar a fiscalização e gastaram dinheiro público, inutilmente. Foi tudo tão errado que o pessoal transferido já voltou. Mas eles continuam a insistir no erro: pagam diárias para os funcionários de Porto Alegre virem fazer a supervisão dos bancos do Paraná, deixando ao pessoal daqui apenas a

função de fiscalizar consórcios e cooperativas”, questiona, lembrando que há denúncias contra essa decisão no Ministério Público.

Foram tempos difíceis. Ivonil e alguns companheiros que resistiram ficaram mais de um ano no chamado quadro especial, destinado aos que não tinham vaga nem função e precisavam ser retreinados. “Nós, do Sinal, declinamos de qualquer vaga, para ocupar o pessoal e impedir a transferência de muitas famílias. Com isso, fomos colocados numa sala de vidro, em exposição humilhante. Muita gente quis me tirar dali, mas fiz questão de ficar até o fim”, conta. Mas foram momentos também de revelações surpreendentes, principalmente do caráter de algumas pessoas: “Até hoje me emociono com a posição assumida por Inácio Kato, um funcionário altamente qualificado e em quem o

Banco investiu muito. Ele foi o primeiro a levantar o braço e dizer: eu vou para qualquer lugar.”

Hoje, Ivonil está aposentada do BC, mas não do sindicato, com o qual mantém laços de cumplicidade e afeto muito poderosos. E, embora pressinta que uma equipe muito boa está chegando à entidade, ainda não consegue se afastar. “Já fiquei um período fora do Sinal. Mas eles foram me buscar, de novo. Eu voltei, porque sentia falta do sindicato.” Essa é Ivonil. Um competente quadro do Banco Central que até hoje não perdoa aqueles que estimularam o fim da Fiscalização em Curitiba. É que, acima do corporativismo e da defesa dos funcionários de carreira do BC, ela sabe a importância do trabalho da fiscalização do setor bancário. “Meu sonho é que a gente volte a fazer a supervisão dos bancos”, conclui. **S**



Ivonil com os funcionários do Sinal de Curitiba e cumprimentando seu colega Luiz Carlos Alves de Freitas, antigo presidente da Regional/Curitiba

Em sintonia com a Política Monetária

DEPARTAMENTO DO BANCO CENTRAL QUE CUIDA DAS OPERAÇÕES DO MERCADO ABERTO É PEÇA-CHAVE PARA A EXECUÇÃO DAS METAS DEFINIDAS PELO COPOM

Em pleno feriado de Zumbi, no dia 20 de novembro do ano passado, 130 funcionários do Banco Central trabalhavam em três dos 25 andares da regional da instituição no Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas, Centro da cidade, como se meio mundo lá fora não estivesse na praia. É que do quarto ao sexto pavimento do prédio funciona o Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab), cujas atividades estão centralizadas no Rio. O Demab tem também uma gerência técnica na regional do BC de São Paulo.

Feriado para o Demab só aqueles em que todo o sistema financeiro nacional pára. Explica-se. O departamento, subordinado à Diretoria de Política Monetária do Banco Central, tem papel importante na implementação da política monetária. “Executamos operações no mercado aberto para manter a taxa de juros de um dia próxima da meta definida pelo

Comitê de Política Monetária”, diz Ivan Luís Gonçalves de Oliveira Lima, chefe do Demab.

Quando surgiu no organograma do Banco Central, em 1965, a sigla era Gedip (Gerência da Dívida Pública). Depois virou Dedip (Departamento da Dívida Pública) e, mais tarde, Demob (Departamento de Operações com Título e Valores Mobiliários). Em 1986, com a criação da Secretaria do Tesouro Nacional, o encargo de administrar a dívida pública, que era competência do Banco Central, passou para o Tesouro.

Mudou o papel do Demab, mas não a sua importância. Entre as atribuições do departamento, estão não só fazer as operações de mercado aberto, mas também administrar o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), realizar os leilões de *swap* cambial e promover os leilões de títulos do governo, em nome do Tesouro Nacional.



Rédea curta

A primeira consiste na compra ou venda de títulos públicos – definitiva ou compromissada. Na prática, o Demab vende títulos do Tesouro Nacional para o Sistema Financeiro quando este está com excesso de liquidez. O excesso de recursos no mercado interbancário pode provocar uma queda inesperada na taxa de juros. Ou pode ocorrer uma elevação igualmente indesejada se os bancos estão com carência de



reservas. Nesse caso, o Demab faz operações de compra de títulos.

As operações de mercado aberto são feitas por meio de leilões, dos quais participam as instituições *dealers*. São 17 ao todo. Quinze bancos e duas corretoras. A cada seis meses há uma troca. Saem os com pior desempenho e entram outros. Segundo Ivan de Oliveira Lima, não existe um montante padrão para essas operações, que acompanham as condições de liquidez.

Para poder controlar eficientemente as condições de liquidez da economia, o Demab precisa conhecê-las com antecedência. Por isso, realiza diariamente projeções de liquidez. O procedimento é feito com o acompanhamento de alguns indicadores: a arrecadação e as despesas do Tesouro Nacional, por exemplo. As operações de câmbio do Banco Central e do Tesouro, quando compram dólar e injetam real no mercado – e vice-versa –, também se refletem nas

avaliações. Resgates e emissões de títulos públicos, saques e depósitos do sistema bancário e até o movimento dos compulsórios são acompanhados de perto pelo Demab.

De olho no mercado

O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), desenvolvido e administrado pelo Demab em parceria com a Associação Nacional das Instituições Financeiras (Andima), é o depositário central dos títulos públicos

federais. Nada menos de 95% da dívida do Tesouro em títulos emitidos no mercado doméstico é custodiada no Selic. O giro diário de operações do sistema nos últimos seis meses foi da ordem de R\$ 200 bilhões, segundo Ivan de Oliveira Lima, R\$ 10 bilhões em operações definitivas e R\$ 190 bilhões em operações compromissadas.

“Em fevereiro, as operações definitivas atingiram a média de R\$ 12 bilhões por dia, enquanto as compromissadas ficaram em R\$ 196 bilhões”, afirma o chefe do Demab. “Em número de operações, foram 1,8 mil e 3,2 mil, por dia, respectivamente.”

O Selic foi criado em 1979, como ferramenta de administração da dívida pública. Em 1996, foram postos em marcha os seus módulos complementares de apuração de leilões. “O montante negociado no Selic faz dele o principal veículo do sistema financeiro para equilibrar as suas posições diárias de caixa. Além disso, o Selic e os seus módulos complementares são utilizados nas operações de mercado aberto do próprio Banco Central e nas ofertas públicas de títulos conduzidas em nome do Tesouro Nacional”, diz Ivan de Oliveira Lima.

Proteção cambial

Outro instrumento à disposição do Banco Central e operado pelo Departamento de Operações do Mercado Aberto é o *swap* cambial. Trata-se de um instrumento derivativo adotado pelo Banco Central a partir de 2002, quando havia uma demanda não atendida por *hedge* (proteção) contra

“Com o *swap* cambial reverso, o Banco Central conseguiu zerar a exposição cambial da dívida pública interna desde janeiro de 2006.”

IVAN DE OLIVEIRA LIMA
Chefe do Demab

variações bruscas da taxa de câmbio. Por seu intermédio, o BC logrou reduzir a volatilidade da taxa sem impor uma trajetória ao câmbio. Na prática, é um contrato entre o Banco Central e a instituição financeira, segundo o

qual o BC fica com o ativo em taxa de juros em reais e o banco, com o ativo em câmbio mais taxa de juros em dólares. Mais recentemente, as novas condições do mercado cambial levaram o Banco a utilizar uma variante do *swap* cambial, conhecida como *swap* cambial reverso. Nesse caso, o BC fica ativo em câmbio mais taxa de juros em dólares e o mercado, ativo em taxa de juros doméstica.

“Hoje, esse instrumento serve à redução da vulnerabilidade externa do país”, afirma Ivan de Oliveira Lima. “Com o *swap* cambial reverso, o Banco Central conseguiu zerar a exposição cambial da dívida pública interna desde janeiro de 2006.” 

Glossário

SWAP – A palavra significa troca ou permuta e designa um tipo de operação muito utilizado no mercado financeiro. As operações de swap mais praticadas pelo mercado são:

SWAP DE TAXA DE CÂMBIO – Tem por objetivo eliminar o risco cambial, travando, assim, o custo dos recursos, não importando qualquer flutuação da taxa de câmbio no futuro.

SWAP DE TAXA DE JUROS – São estratégias financeiras por meio das quais duas partes trocam fluxos de pagamentos futuros. O objetivo pode ser, por exemplo, trocar uma taxa fixa de juros por uma taxa flutuante, obtendo uma proteção contra uma acentuada oscilação dos juros.

DEALERS – Bancos ou corretoras por meio dos quais o Banco Central atua no mercado aberto. São instituições selecionadas duas vezes ao ano, segundo critérios de volume de negócios e qualidade na prestação de informações ao Banco Central e ao Tesouro Nacional (Decisão Conjunta nº 14, de 20/3/03; Atos Normativos Conjuntos nºs 11 e 12, de 7/2/07).

Consórcio Fenasbac

É bem garantido!!!



Grupos
em
formação



Preços sujeitos a variação pelo fabricante

FOTOS MERAMENTE ILUSTRATIVAS

VEÍCULOS			ELETROELETRÔNICOS		
BEM	CRÉDITO	50 MESES	BEM	CRÉDITO	25 MESES
Novo Mille Fire 1.0	21.790,00	486,05	Ar Condicionado Cônsul	2.549,00	111,13
Celta Life	25.090,00	559,67	Refrigerador Electrolux	2.899,00	126,00
Fox City	30.491,00	680,13	TV LCD Gradiente 32"	3.799,00	165,64
Clio Expression 1.6	36.400,00	811,95	TV Plasma Philips 42"	5.999,00	261,56
Polo 1.6	39.987,00	891,96	Notebook LG Intel	6.999,00	385,16

Valores sujeitos a reajuste. Os bens acima citados são meramente referenciais, podendo ser adquirido qualquer outro do mesmo segmento.

Taxa de Administração: Veículos 0,14% am • Eletrodomésticos 0,32% am (incidentes sobre o valor do crédito)

Fundo de Reserva: 1% • Seguro: 0,0654%

100%
seguro
100% legal
menor
custo

Sem taxa de adesão
Faça sua inscrição!
Vagas Limitadas



FENASBAC - Federação Nacional de Associações dos Servidores do Banco Central
SBS • Quadra 2 • Bloco A • Ed. Casa de São Paulo • 7º andar • Brasília/DF
fenasbac@fenasbac.com.br • www.fenasbac.com.br
Fone (61) 3323.1055 • Fax (61) 3226.8189

Um instrumento de mobilização

UMA INICIATIVA PIONEIRA NO SINDICALISMO BRASILEIRO É A ESPERANÇA DE UM NOVO GÁS PARA ASSEMBLÉIAS ESVAZIADAS E A BAIXA REPRESENTATIVIDADE DAS CATEGORIAS, MESMO NAS DECISÕES MAIS IMPORTANTES PARA OS MOVIMENTOS REIVINDICATÓRIOS. TRATA-SE DO PAINEL DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA, QUE O SINAL INCORPOROU NO PROCESSO DE FORMULAÇÃO DA PAUTA SALARIAL DESTE ANO, COM RESULTADOS PRA LÁ DE OTIMISTAS.

Em 2005, menos de 400 pessoas compareceram às urnas para definir a pauta salarial dos servidores do Banco Central. Mesmo na maior votação da história do BC, que decidiu os rumos da greve desse ano, então com 90% de adesão, foram registrados 1.025 votos.

Dois anos depois, com a criação do PAINEL de Votação Eletrônica, a situação é outra. Compareceram à votação dos 17 itens em debate na pauta da campanha salarial deste ano nada menos de 2.024 servidores do Banco – entre ativos e aposentados. O sistema ficou aberto às sugestões das 9 horas do dia 1º às 18 horas do dia 9 de março. Logo depois do encerramento da votação, o resultado da eleição já estava disponível.

Todo o processo de votação da

pauta salarial de 2007 foi feito pelo endereço da internet <http://www.evotacao.locaweb.com.br>. O software que permitiu a criação do PAINEL de Votação Eletrônica, hospedado numa página da rede, dotado de requisitos de segurança e privacidade com vistas a assegurar a inviolabilidade do voto, foi desenvolvido por um servidor do próprio Banco Central. Uma sequência de testes ajudou a difundir o sistema e garantir sua confiabilidade aos cerca de 10 mil servidores que compõem a categoria no BC, dos quais mais de 6 mil são filiados ao Sinal.

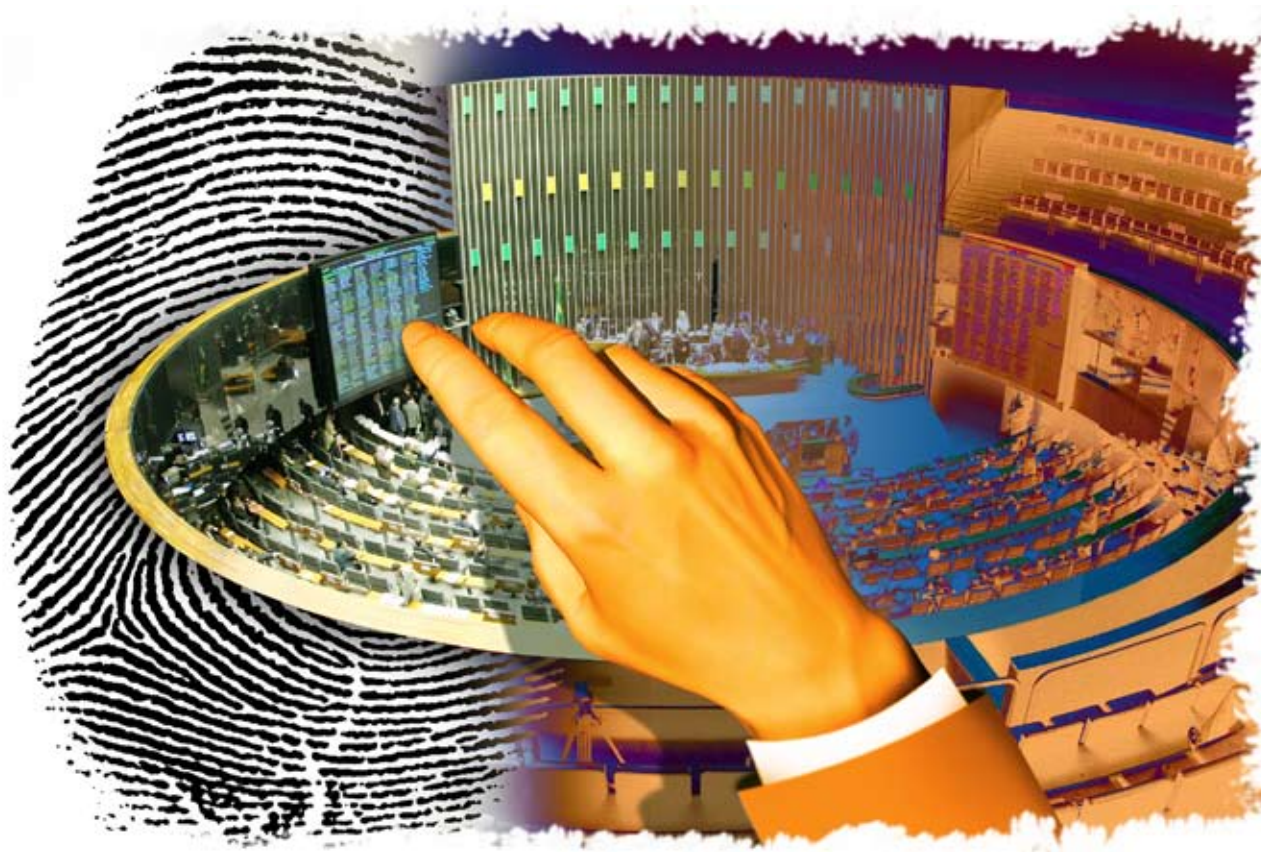
Só depois foi marcada a estréia para a votação eletrônica dos itens que deveriam compor a pauta da campanha salarial de 2007. Antes e durante a votação, uma equipe de

suporte tirou dúvidas do eleitor por telefone e e-mail. Também foram treinados funcionários das dez regionais para orientar os associados e garantir a eles o acesso ao computador.

“O PAINEL de Votação Eletrônica é mais um passo do sindicato na direção da transparência absoluta de suas atitudes e de seus resultados em face não só de seus filiados, mas também de toda a categoria”, diz David Falcão, presidente do Sinal. “O novo sistema vem somar-se à força e ao calor das assembleias presenciais, que permanecerão sendo a instância deliberativa de decisões que a objetividade da votação eletrônica ainda não permite.”

O Sinal agora está contratando a atualização do sistema. Um dos objetivos é torná-lo mais amigável ao usuário. A meta é que as grandes decisões do funcionalismo, depois de discussões nas redes internas e nas assembleias, passem a ser feitas pelo painel eletrônico.

A tendência é que esse instrumento se massifique cada vez mais e se incorpore ao dia-a-dia do funcionário do Banco Central. A idéia se difunde: o Centrus já estaria desenvolvendo um sistema semelhante para as próximas eleições dos conselhos de Administração e Fiscal do fundo de pensão dos funcionários do Banco.



“O processo implantado no Sinal se assemelha muito à urna eletrônica do TSE nas eleições gerais do país, com duas grandes vantagens: a primeira é que podemos estabelecer o prazo que for necessário para que o eleitor exerça o seu direito de voto. A outra é que o eleitor pode acionar o seu painel eletrônico a qualquer hora e em qualquer lugar da sua conveniência, bastando apenas estar cadastrado no sistema e ter acesso à internet”, diz David Falcão.

A votação eletrônica tem seus regulamentos. A mudança do Estatuto do Sinal, aprovada pela 21ª AND (Assembleia Nacional Deliberativa), realizada de 24 a 27 de agosto de 2006 em Jaboticatubas, Minas Gerais, que incluiu a possibilidade de votações realizadas por meios eletrônicos passíveis

de auditoria, estabeleceu no artigo 20 que a ferramenta tem validade apenas para os casos de eleição, plebiscito, pauta salarial e alteração em plano de carreira.

“Ficou claro para o sindicato e a categoria que o sistema visa tão-somente ao processo de votação e não substitui em momento algum as-

sembléias físicas e debates temáticos dos fóruns”, ressalta David Falcão. “A discussão de quaisquer temas levados à assembleia ainda não tem como ser feita pela via virtual. Só o processo de decisão poderia substituir a assembleia. Decisão aberta a todos, inclusive para quem não pode comparecer às assembleias.” **S**

Regional	Votação eletrônica da pauta 2007	Assembleia para votação da pauta 2005
Brasília	595	113
São Paulo	350	69
Rio de Janeiro	272	41
Belo Horizonte	254	28
Porto Alegre	188	29
Recife	125	30
Curitiba	96	18
Fortaleza	80	34
Salvador	38	22
Belém	27	0
Total	2.025	384

ABRAPP

O papel social dos fundos

O sistema brasileiro de fundos de pensão evoluiu bastante em seus 30 anos de vida regulamentada, e, particularmente, nesta década, a ponto de ser reconhecido hoje como um exemplo de gestão e governança. Firms na defesa desse reconhecimento, que queremos ver cristalizado na imagem que a sociedade brasileira tem dos fundos, sentimo-nos na obrigação de esclarecer todas as questões que surgem, em especial as que retornam com uma incômoda e desnecessária frequência ao espaço dos jornais.

Antes de mais nada, queremos lembrar do importante papel social que os nossos fundos já desempenham, ao reunir mais de 6 milhões de participantes diretos e indiretos e pagar regularmente acima de R\$ 1,3 bilhão todos os meses em benefícios a 630 mil pessoas assistidas, sendo interessante frisar que o valor médio das aposentadorias (R\$ 2,7 mil) e pensões (R\$ 1,2 mil) pagas é cerca de sete vezes superior ao desembolsado pelo INSS. Sem esquecer, ainda, que ao lado disso os fundos tornaram-se os grandes artífices do capitalismo social brasileiro.

É fundamental fazer-se justiça, por exemplo, quando são feitas referências às perdas sofridas em investimentos no Banco Santos. É imprescindível informar aos leitores que os fundos estiveram entre os aplicadores que menores prejuízos registraram. Foram estes até mesmo bastante inferiores aos que sofreram na mesma situação bancos nacionais e estrangeiros e empresas não-financeiras.

Os números confirmam amplamente isso. Bancos nacionais e estrangeiros tinham investidos no Banco Santos R\$ 1,14 bilhão, enquanto empresas não-financeiras do país e do exterior possuíam ali R\$ 967 milhões, contra R\$ 690 milhões dos fundos de pensão. As cifras falam por si.

É preciso analisar com justiça também o episódio do Aerus, o único fundo de pensão do país com dificuldades em honrar seus compromissos, quando vários são os exemplos negativos desse tipo de ocorrência encontrados em outros segmentos ao longo dos últimos anos. Nem houve tampouco, no caso do Aerus, um problema de monitoramento, mas sim de inadimplência por parte da patrocinadora. E, ainda, existe a possibilidade de uma reversão do quadro.

É necessário dizer também que o nosso país possui, em matéria de fundos de pensão, uma legislação que é uma das principais referências do que existe de melhor no mundo. As normas que pautam os investimentos são exemplo até para os países mais avançados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento (OCDE). A Resolução CGPC 13 aprimorou ainda mais os controles internos, reforçados de diversas maneiras, inclusive através da presença de representantes dos participantes nos conselhos deliberativos e fiscais. Os trabalhadores estão representados não só nesses dois colegiados, mas muitas vezes também nas diretorias, tendo ainda um forte aliado em um regime disciplinar que é um dos mais duros do país e recai diretamente sobre a pessoa física do dirigente. O arcabouço legal e normativo instituiu e regulou os mais variados controles, ao mesmo tempo em que determinou o envio, dentro de uma periodicidade mensal, trimestral, semestral e anual, de um enorme volume de informações às autoridades.

Os controles estão cada vez mais focados nos riscos e as práticas de governança só fazem avançar, fazendo crescer a transparência. O resultado disso vem se refletindo nos números, uma vez que os fundos de pensão têm alcançado superávits que superam amplamente suas metas atuariais, o que significa dizer que a gestão competente permitiu ultrapassar por larga margem o que as normas exigem. São consequências importantes dessa prova de competência, de um lado, o fato de empresas patrocinadoras estarem, diante de situações amplamente superavitárias, sendo dispensadas de recolher suas contribuições para os planos, enquanto de outro lado isso torna possível a troca por “tábuas de sobrevivência” que melhor refletem a maior expectativa de vida dos brasileiros.

Sabemos da necessidade de nos esforçarmos ainda mais, aprimorando a legislação e as normas em um trabalho conjunto com a Secretaria de Previdência Complementar. É essa caminhada permanente, inclusive, que nos coloca em marcha na direção de uma crescente flexibilização das regras e da auto-regulação e de um sistema de fundos de pensão cada vez mais fortalecido.

